

## CONJUNTO 1:

### **Texto:** Repressão e violência contra as Ligas

Os proprietários dos engenhos e usinas sempre contaram com o apoio de setores da polícia estadual para reprimir ações conjuntas dos trabalhadores e trabalhadoras e barrar o avanço de suas reivindicações por direitos. Houve diversas situações de violência contra esses trabalhadores por reivindicar o pagamento de seus salários, o cumprimento dos seus direitos ou o respeito às suas vidas e de seus familiares.

No ano de 1963, a violência e a repressão no campo em Pernambuco ganharam contornos alarmantes, registrando chacinas e massacres de trabalhadores/as que apoiavam as Ligas Camponesas ou que atuavam no movimento sindical rural também em construção (...). Em nome da “paz agrária”, milícias rurais impunham o terror no campo, silenciando movimentos camponeses que lutavam por reforma agrária e direitos.

Em 1964, além de setores da polícia, os proprietários de terra passaram a contar com o apoio do Exército brasileiro para reprimir as ações das Ligas Camponesas. No dia 31 de março de 1964, teve início o golpe civil-militar que retirou o presidente eleito João Goulart do cargo, dando início ao período ditatorial, que durou até 1985. Em Pernambuco e na Paraíba, trabalhadores e trabalhadoras rurais foram reprimidos, presos e alguns desaparecidos a partir do golpe.

O movimento das Ligas Camponesas foi perseguido por proprietários de terra e pelos militares. As sedes do movimento foram fechadas. O Engenho Galileia, onde surgiu a primeira Liga, foi ocupado pelo Exército durante vários dias. Diversas pessoas fugiram com medo do que poderia lhes acontecer. As lideranças do movimento camponês foram perseguidas e presas. (...) O movimento das Ligas Camponesas deixou de existir. Mas a ideia de luta, organização e reivindicação dos direitos sociais manteve-se viva.

In: GASPAROTTO, Alessandra & TELÓ, Fabricio (org.) Histórias de lutas pela terra no Brasil (1960-1980). São Leopoldo: Oikos Editora, 2021, p. 23.

Disponível em:

<http://oikoseditora.com.br/obra/index/id/1124?fbclid=IwAR04OuECRHKUI7GpimWRK7o3k4sKbevm4GhXAUKenbKLZT8sWTwUCbDmIcs>

## Trajetória: Rosa Geralda da Silveira

*Eu quero dizer pra vocês o seguinte: a minha luta eu comecei a lutar aos nove anos de idade. Aos nove anos de idade eu tive a minha primeira luta contra a escravatura. Porque já tinha terminada a escravidão, mas a escravatura continuava e continua até hoje.*



O pai de Rosa Geralda da Silveira foi um dos “escravos” mantidos a despeito da secular abolição da escravatura. Como arrendatário, trabalhava de graça para o patrão em troca de uma roça que mal servia ao sustento da casa. Era, ao menos, algum alimento para a família. Vez por outra, contudo, o patrão exigia a plantação de capim, alimento para o gado. Certa feita, no momento seguinte à plantação do milho, e logo após a abençoada chuva que a roça necessitava, o patrão mandou que desfizessem o trabalho e plantassem capim. “E eu resolvi não plantar o capim”, conta Rosa. Seu pai ameaçou-a com uma surra pela desobediência ao patrão, mas a menina não arredou da decisão.

*E as carroçadas de capim, começou tudo a chegar. E minhas irmãs plantando. E eu arranquei todo o capim que elas plantaram enquanto ele foi buscar outra carroçada. Eu arranquei o capim e coloquei tudo num monte. E fiquei perto do monte de capim porque eu sabia que ia apanhar.*

A reação do pai, entretanto, surpreendeu-a: orientou que as filhas interrompessem o trabalho e fossem embora para casa. “Rosa hoje me deu uma lição. Eu nunca mais eu vou plantar capim na roça de fazendeiro”. Planejaram partir em busca de um sítio, mas o patrão, logo que soube do ocorrido, reagiu também de modo surpreendente. Conta Dona Rosa que ele se dirigiu à sua casa e pediu ao empregado que não partisse. “Que ficasse ali. Que não plantasse mais o capim, mas não dissesse aos outros rendeiros que tinha acontecido aquilo porque os outros iam seguir meu pai. Então eu ganhei essa luta com nove anos de idade. E daí me veio o vírus na cabeça que nunca mais eu parei de lutar. Continuei lutando.”

O “vírus” da consciência política na luta por seus direitos “contaminou”, pode-se dizer, toda a trajetória de Dona Rosa, tornando-a uma figura emblemática no contexto de Campos Novos, estado do Rio de Janeiro. Na grande área abrangendo parte dos municípios de Cabo Frio e São Pedro da Aldeia, os grileiros eram, nas palavras de Rosa, como a temperatura climática: mudavam a todo momento. “Eram os grileiros; trocavam igual a temperatura. Era um grileiro, daqui a pouco era outro. (...) Cada grileiro que vinha fazia pior do que o primeiro que já tinha feito”. Parte da área de Campos Novos encontrava-se na Fazenda Caveira, onde Dona Rosa morava e iniciou sua luta de toda vida, motivada desde o início pela resistência ao despejo. O sistema imposto era arrendar

a terra para os lavradores plantarem. O trabalho era mais do que penoso; sob a vigilância dos jagunços, não podiam interromper um instante a labuta imposta pelo patrão. E quando bem se entendesse, os lavradores eram despejados, deviam partir sem rumo certo.

*Foi na década de 50,/ Nós começamos a lutar/ Contra um grupo de grileiros,/ Que veio  
pra nos expulsar*

*Conhecido por Marquês/ Um tal de Antônio Paterno/ Quis transformar nossa vida/  
Quar um verdadeiro inferno*

*Chamou o velho Severino/ E o Sr. Marcelo Gaspar/ Quando foram pagar renda/ Prum  
tal papel assinar*

*Os velho não aceitaram/ A ordem que estava lá/ Vocês só vão tomá água/ Se meu  
jagunço mandar/ Tira o cachimbo da boca/ Você não pode fumar/ Se não obedecer  
as ordens/ Já pode se retirar*

Os versos de Dona Rosa dão cor ao impasse então criado. Recusando-se a assinar o documento no qual se comprometiam a deixar a terra conforme o desmando dos grileiros, os lavradores das fazendas Caveira e Botafogo decidiram tomar as rédeas de seu destino. Iniciou-se assim o movimento de resistência que acabou por atrair outras famílias; estas ocupavam um pedaço de terra para plantar nas vizinhanças de Dona Rosa e seus companheiros, envolvendo-se na mobilização. Crescia o contingente de posseiros, fortificava-se a luta.

*Pensamos numa união/ Chamamos trabalhadores/ Fizemos uma reunião/ Uma palavra  
de ordem/ Nunca mais pagamos renda/ Morre a palavra patrão*

A história da fazenda Caveira rendeu a criação de uma associação, que depois viria a se tornar sindicato. No clássico percurso dos movimentos sociais fluminenses desse período, a entidade recebeu o apoio da Falerj e, mesmo antes de sua criação, passava a existir na inquietação de um grupo com propósito comum, que reunia pessoas como José Pureza, Eraldo Lírio de Azevedo e Padre Álvaro, que estiveram no local para reuniões e debates sobre a caminhada a ser seguida. Entre as vitórias, conseguiram a regularização fundiária de uma parte da fazenda. Mas o movimento de resistência aos grileiros nunca pôde cessar; sobreviveu-se coletivamente às tragédias individuais, que só fizeram aumentar após 1964.

*Mataram Manoel Mangueira, mataram Elísio, mataram Zé Moco. Mataram Tarugo.  
Mas eles faziam, cada um eles matavam de uma forma. O Elísio, eles sumiram com o  
corpo do Elísio, depois nós soubemos que eles colocaram dentro do rio, no rio que  
tinha lá no... lá no lugar lá, esqueci o nome agora. O Manoel Mangueira até hoje a  
gente não sabe do corpo. O Zé Moco, o homem saiu com uma enxada pra ir pra roça e*

*até hoje não voltou. Ninguém sabe como é que foi. E o Tião Lan eles mataram lá na...  
Mas na época do Tião Lan eu estava na lista pra morrer. Era o Tião Lan, o  
Dragotinho, o Manoel e depois eu. (...)*

### **Rosas apedrejadas: uma luta das mulheres**

Dona Rosa, que se tornaria uma liderança da luta pela terra na região de Cabo Frio, relata as dificuldades que a condição de mulher implicava para aquelas que escolhiam o engajamento político:

*“Na época eu era difamada como prostituta porque lutava, eu era discriminada (...) Já sofri muito na minha vida, e coragem Deus me deu. Eu com duas filhas, discriminada como prostituta e não me rendi, lutei, hoje tenho certeza absoluta que na luta as minhas filhas se orgulham de mim. Vou dizer outra coisa, quando a Marta Rocha era miss do estado do Rio de Janeiro, houve um ato público em Cabo Frio, eu fui e usei da palavra no palanque, e gritei muito pela reforma agrária, reforma agrária é a solução, com terra para todos trabalhar – e fui apedrejada – e tive a felicidade de ver naquele mesmo dia a Marta Rocha ser carregada no colo, cercada de rosas, flores, mas eu não me senti discriminada, eu me senti como se fosse a verdadeira Marta Rocha, porque ela estava fazendo o papel dela e eu estava fazendo o meu. (...). Eu me senti orgulhosa de ser apedrejada, senti as pedras como se fossem as mesmas pétalas de rosa (...). Hoje, eu vejo as mulheres da luta, todas aplaudidas, batem palmas para elas, a reforma agrária tá, mal feita, mas tá, estamos batalhando para que ela venha melhor, para ter melhores dias. As mulheres gritam e são aplaudidas. Então é uma felicidade, é uma luta que eu acatei há trinta anos atrás – hoje as mulheres são aplaudidas. Que coisa boa!  
(...) Esse aplauso de vocês é uma felicidade, é um heroísmo!”*

**Referência:** entrevista concedida em 1989 nos quadros do Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referência sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo (CPDA-UFRRJ).